

REBELDES E REBELDIAS NA BAHIA DO SÉCULO XIX

DILTON OLIVEIRA DE ARAÚJO*

Resumo: Este artigo objetiva apresentar algumas considerações sobre a história política da Bahia nas duas primeiras décadas do Segundo Reinado, destacando problemas relativos à trajetória das lideranças rebeldes que, até o ano de 1838, haviam inquietado a província, liderando rebeliões federalistas e movimentos contra a presença dos portugueses. Após essa fase, continuou a existir uma situação de tensão que, apesar de não ter produzido rebeliões, constituiu-se em efetiva resistência política e cultural local ao projeto de centralização liderado pelo Rio de Janeiro. Pretende, assim, estabelecer algumas bases para a realização de uma pesquisa que consiga superar o consenso relativo dos estudiosos em torno da interpretação de que a Bahia pacificou-se após 1838, além de caracterizar a resistência oferecida pela Bahia ao projeto de nação que, no período estudado, visava submeter as idéias federalistas.

Abstract: This article intends to present some considerations about the political history of Bahia during the two first decades of the Second Reign, emphasizing problems relating to the trajectory of the rebel leaderships that, until 1838, had disquiet the province leading federalist rebellions and movements against the presence of the Portuguese. After that moment, there was still a situation of tension that, although didn't produce rebellions, was an effective political and cultural local resistance to the

project of centralization led by Rio de Janeiro. The article intends, thus, to settle some bases to the realization of a research that accomplishes to overcome the relative consensus of the researchers about the interpretation that Bahia was pacified after 1838, and also to characterize the resistance offered by Bahia to the project of nation that, in the historical period studied, aimed to subdue the federalist ideas.

Uma revolução sempre tem o atributo de aglutinar forças sociais e políticas diversificadas. Difícil será encontrar um episódio desse tipo que não tenha essa característica. Quando se constitui em governo, essa diversidade se torna ainda mais evidente, pois emerge uma disputa ainda mais nítida em torno da hegemonia, quando se trata do direcionamento a ser estabelecido para o corpo político como um todo.

As lutas rebeldes ocorridas no Brasil, assim como na Bahia do século XIX, mesmo que não possam ser compreendidas como revoluções, não fogem a essa regra. Para 1798, quando da tentativa malograda de sedição em Salvador, pode ser percebida a participação de grupos sociais detentores de alguma riqueza e prestígio, assim como de pessoas pertencentes aos estratos mais pobres da população, entre as quais havia um contingente não desprezível de escravos, vários deles presos após ter sido contida a revolta. Essa foi uma característica dos movimentos rebeldes compostos majoritariamente por indivíduos livres, na sociedade baiana do século XIX.

Essa breve introdução, que não tem nenhuma pretensão de constituir-se em teoria das revoluções, possui o objetivo de orientar uma melhor compreensão a respeito das trajetórias percorridas pelos participantes dos movimentos rebeldes em momentos posteriores ao seu desfecho. A participação de indivíduos orientados pelo pragmatismo e pelo imediatismo, habitual em momentos de agitação rebelde, não deve servir à descaracterização desses movimentos.

A presente exposição tem, também, o objetivo de buscar compreender certas trajetórias que podem ser compreendidas como destoantes do sentido geral dessas revoltas, a exemplo daquela de Hygino

Pires Gomes, que passo a comentar brevemente a seguir. Hygino Pires Gomes, de acordo com a narrativa de Ubiratan Araújo, exercia atividades econômicas ligadas ao tráfico clandestino de escravos, em 1846. Sua participação fora notada por um jovem cônsul francês e relatada ao governo do seu país. Assinala Araújo:

*“Evitando a barra do porto de Salvador, o brigue entrou na Baía de Todos os Santos pelo Estreito do Funil, por trás da Ilha de Itaparica, e descarregou os cativos no engenho de propriedade de Hygino Pires Gomes, na foz do Rio Jequiriçá, onde realizou-se, após o sucesso da operação, um grande festim”.*¹

Segundo esse autor, o representante francês teria ficado perplexo com essa informação, sobretudo por ter conhecimento de que Hygino havia sido dirigente da Revolta da Sabinada, cerca de uma década antes. Sugere, ao final, que o processo de repressão exercido sobre os rebeldes da Sabinada foi seletivo, havendo uma fúria sem par sobre os oficiais e soldados de origem negra, ao tempo em que foi facilitada a fuga e o perdão para outros, qual teria sido o caso de Hygino Pires Gomes, a quem “o manto protetor dos traficantes ... poupou da ação da justiça até ser anistiado e poder voltar a traficar como antes”.²

A história do então traficante e ex-rebelde Hygino Pires Gomes é exemplar da diversidade das trajetórias rebeldes. Sugere, ao mesmo tempo, a possibilidade de que sejam encontrados diversos outros casos de pessoas que, por uma ou outra razão, envolveram-se nos movimentos rebeldes por um impulso momentâneo, mas que, posteriormente, passaram a adotar atitudes de adesão ante o poder político vigente. Muitos outros, provavelmente, terão sido absorvidos pelo sistema, assumindo funções no interior da ordem que então se organizava.

É bom ressaltar que muitas das motivações presentes nas pessoas que se mobilizaram no sentido da rebeldia, durante décadas, na Bahia, estavam relacionadas às necessidades de ascensão funcional, da quebra de obstáculos legais à essa ascensão, muitas vezes causadas por impedimentos de cunho racial. Muitas das reivindicações dos militares, por exemplo, estavam relacionadas às oportunidades que não lhes eram oferecidas, pois as vantagens possíveis eram distribuídas, sobretudo, na Corte, em geral pela via do favor.

Essas motivações não podem ser, por um lado, consideradas como meras questões de conjuntura, sem que tivessem a potencialidade de conduzir os angustiados indivíduos que as vivenciavam a adotarem uma atitude de rebeldia política.

Dada a concentração do poder no Império português, herdada pelo Brasil independente, assim como a não adoção, pelo Estado, dos princípios de igualdade jurídica, essas questões “funcionais” terminaram por constituir-se em problemas de grandeza estrutural, geradoras de reclamos recorrentes por longo período da história da Bahia.

Por outro lado, é possível afirmar, também, que a natureza dessas pendências “funcionais”, ou seja, aquelas ligadas às expectativas de ascensão no interior do aparelho de Estado ou da obtenção de empregos, constituía-se em elemento dificultador para a manifestação de um radicalismo ainda mais profundo e continuado. A absorção de muitos desses indivíduos pelo governo ou pela economia, pode ter sido, concretamente, uma realidade, criando uma situação que, em combinação com a repressão, pôde viabilizar o esvaziamento político dos movimentos rebeldes das décadas anteriores.

Necessário se faz, então, dizer que uma certa quantidade dos antigos rebeldes pode ter sido absorvida pelo Estado, no complexo processo político das décadas de 1840 e 1850, no qual o Estado consolidou a sua estrutura política e, sobretudo, consolidou a sua estrutura financeira, aproveitando-se, principalmente, do seu reingresso na esfera da circulação econômica mundial em razão da emergência da atividade cafeeira, mas também das alterações das políticas fiscais, do que se pode destacar as conhecidas Tarifas Alves Branco, de 1844, que serviram para elevar a arrecadação tributária.

O fortalecimento estatal do ponto de vista financeiro ocorreu em paralelo a um processo em que executou uma dura política repressiva aos movimentos rebeldes, que ainda estavam ocorrendo em várias partes do território nacional. Sabe-se o quanto ainda perduraram as rebeliões em várias províncias, após a derrota da Sabinada, em março de 1838.

No entanto, alterando em parte o foco dessa discussão, cabe ainda perguntar se esse processo de esvaziamento foi sustentado apenas ou principalmente pela cooptação ou pela absorção dos rebeldes pelo sistema escravista, assim como se deu com o pragmático Hygino Pires Gomes.

Necessário se faz identificar e caracterizar a existência desse processo de absorção pelo sistema, como um dos caminhos para que o Estado tivesse vencido a luta histórica contra a rebeldia recorrente e buscar os muitos outros desses caminhos, mas com a consciência de que, por si sós, eles não responderão às diversas questões que são impostas pela historiografia.

É essencial, portanto, remeter a discussão para um outro patamar. Ela deve estar relacionada, intimamente, com o processo político geral que conduziu o Estado nacional brasileiro a afirmar-se ante os movimentos contestatórios que se difundiram entre as décadas de 1820 a 1840. Mais do que, meramente, detectar trajetórias individuais e nelas concentrar toda a expectativa de obter respostas satisfatórias para as questões que ora faço, procuro, neste instante de formulação de um projeto de pesquisa, levantar hipóteses nas quais possa identificar as mudanças culturais mais amplas, ante as quais o discurso e a prática rebeldes cederam lugar a novas formas de resolução das divergências políticas ocorridas no interior da sociedade, sobretudo materializadas na disputa parlamentar e eleitoral, para onde se direcionavam todos os conflitos, com processos eleitorais marcados pela violência e pelas tendências à manifestação e à fraude.

A produção historiográfica baiana é, na quase totalidade dos casos, omissa em relação ao processo histórico acima apresentado. Finda a Sabinada, a política deixa de ser temática de grande interesse. A historiografia política baiana, mesmo aquela produzida nas décadas mais recentes, é cativa daquilo que pode ser compreendido como a pulsação rebelde, ou seja, da realidade política caracterizada pela ocorrência das inúmeras rebeliões que marcaram as primeiras quatro décadas do século XIX. É inegável a importância que foi atribuída ao estudo dos movimentos rebeldes do período, sobre os quais se debruçaram antigos e novos historiadores. Da tentativa de sedição de 1798 até a Sabinada, passando pelos movimentos federalistas e as rebeliões escravas, todos foram relativamente bem estudados pelos nossos historiadores.

Isso pode ser suficientemente exemplificado a partir das formulações de Wanderley Pinho. Esse autor, assim como diversos outros historiadores baianos, ressalta a paz que passou a reinar na capital da província, após a Sabinada. Evidencia, ao encerrar a sua abordagem a respeito desse movimento, que

*“Com o esmagamento da Sabinada, que encerra o ciclo das revoluções, o observador da história da civilização na Bahia, na primeira metade do século XIX, pode libertar-se da crônica militar e política e convidar a seus leitores a apreciarem em quadro sintético, as várias faces da evolução da Província: a social, a econômica, a cultural”.*³

Estabelece, assim, uma idéia de que a política saía de cena na conjuntura pós-rebelião, orientando as formulações de muitos historiadores que vieram depois. Pinho afirma, na seqüência do seu texto, que à “política militar-demagógica, de ação direta e violenta, seguiu-se a eleitoral-parlamentar, muito estimulada e ajudada pelos êxitos e famas de tribuna na Assembléia Provincial”.⁴

Em um trecho do seu trabalho, o autor traça um quadro daquilo que, na sua visão, viria a constituir a evolução ocorrida na política baiana no período, quando os episódios militares e revolucionários cederiam lugar às disputas entre partidos. Segundo ele,

*“Idéias, paixões e ambições, tanto como a manifestação de talentos e qualidades pessoais e o seu encarecimento na vida pública passaram a girar em torno dos prestígios de família ou de abastança. E assim foi durante dez anos, até 1848, quando se dá a eclosão partidária, até então dispersa pelo individualismo, que tantas vezes fez da representação da Província no Parlamento uma patrulha de franco-atiradores”.*⁵

O desfecho é, para o autor, uma situação política na qual as disputas passam a ocorrer no interior de um sistema partidário dirigido pelos grandes senhores da terra, no qual a influência do próprio governo seria muito pouco significativa, apresentando uma versão. O mundo político posterior aos movimentos rebeldes passaria a ser conduzido pelos grandes senhores, como demonstra o trecho seguinte:

“Senhores e fazendeiros ricos, as antigas famílias no Recôncavo e no litoral, os grandes chefes locais e os magistrados no Sertão, dirigiam as eleições; franca ou secundária a influência do governo.

Aqueles que haviam feito a independência e desbaratado a Sabinada e não tardariam a conduzir milhares de baianos aos charcos do Paraguai, levavam, quase senhores das urnas, à 'Salinha' e às câmaras gerais seus rebentos ou preferidos".⁶

Assim, quando se trata da continuidade do processo político posterior à derrota da Sabinada, essa historiografia não discute a atividade política, tensionada que foi, nos anos anteriores, pela rebeldia e pelo extremismo das atitudes; continua a compor, apesar do novo quadro conjuntural, a realidade na qual se inserem os homens. Se essa política muda de feição, adquirindo contornos diferenciados, não deixa de ser normalmente praticada.

Que práticas humanas poderiam conduzir a sociedade a mudar as suas expectativas diante do poder, senão a própria atividade política? Como os políticos baianos da década de 1840 e seguintes alteraram as suas atitudes ante os conflitos de posição quanto ao formato a ser adotado pelo Estado, antes geradores de tantos movimentos armados?

É preciso compreender que práticas desse tipo não desaparecem com atitudes mágicas. Fazem parte de um arcabouço cultural e somente com um duradouro combate militar, mas também político-ideológico e cultural, podem ser superados em médio ou longo prazo. Eram concepções políticas arraigadas, parte de uma cultura política que se havia gestado há muito tempo.

As atitudes rebeldes foram derrotadas no plano militar. Paulo César Souza descreve e fornece números a respeito do desfecho da Sabinada, derrotada em março de 1838. Informa, também, dos processos judiciais, que se estenderam ainda pelos anos seguintes, com prisões, deportações e restrições às liberdades e aos direitos políticos, realizadas com o intuito de inibir iniciativas como aquela que, ousadamente, tomou o poder na cidade do Salvador durante quatro meses, entre 1837 e 1838.

Os primeiros momentos após essa rebelião, quando as forças oficiais agiram selvagememente contra esfomeados e indefesos populares, foram exemplares para o resto da sociedade, visando prevenir futuras sublevações. Os processos judiciais, que tramitaram em um ambiente jurídico transtornado por leis e medidas de "exceção", buscaram subtrair os principais líderes do convívio social. Empregados do governo foram

retirados das suas funções, a exemplo do que aconteceu com três professores da Faculdade de Medicina, encontrando-se entre eles o médico e líder do movimento, Francisco Sabino Álvares.⁷

Essa foi a base repressiva sobre a qual o Estado brasileiro começou a erigir um novo ambiente político e uma nova cultura política, no interior da qual o discurso e a prática rebeldes foram sendo paulatinamente isolados da vida social. Certamente, para realizar o seu intento, a elite política e as forças sociais que lhe davam apoio, tiveram de percorrer um longo caminho, até promoverem, de forma completa, a vitória do seu discurso. Trata-se, no curso geral dessas mudanças, da alteração de atitudes políticas, mediante as quais operacionalizou-se o esvaziamento da rebeldia e a sua inviabilização definitiva na província da Bahia.

A historiografia baiana mais recente vem realizando importantes estudos a respeito dessa fase rebelde. Os movimentos federalistas ocorridos em Salvador e no Recôncavo Baiano foram objetos de estudos de Lina Aras,⁸ que levantou novas fontes e discutiu de forma positiva o seu caráter. A Sabinada está ainda melhor estudada a partir das pesquisas e do trabalho final de Paulo César Souza.⁹ As rebeldias populares e escravas têm sido estudadas, dentre outros, por autores como Araújo, Reis e Schwartz, com trabalhos de grande relevância para a historiografia baiana. Além dos trabalhos, já clássicos, de Luis Henrique Dias Tavares,¹⁰ o movimento baiano de 1798 foi objeto de inúmeros estudos, dentre os quais destaque o de István Jancsó.¹¹

O conjunto desses estudos representa, sem qualquer dúvida, grande avanço para a história política da Bahia, embora evidencie, no seu conjunto, uma característica negativa recorrente dessa mesma historiografia: a sua dependência da historiografia política para com os momentos de rebeldia que, por condensarem e concentrarem expectativas de mudanças em tempo rápido, assim como movimentação massivas, passam a constituir-se em elementos de atração quase que exclusiva para os estudiosos daquela fase histórica.

É certo que as rebeldias, as tomadas de poder, os momentos extremos ou agudos da história humana, são acentuadamente atraentes para os estudiosos, assim como o são para o público leitor, acadêmico ou não. Esse é um elemento importante para a compreensão dessa prisão à pulsação rebelde. Por sua vez, estudar uma fase histórica na qual o poder

de Estado suplanta os processos revolucionários e impõe um discurso vitorioso é, em geral, pouco atraente para boa parte dos potenciais interessados em história política.

Os estudos de processos do tipo anteriormente descrito oferecem ainda um outro tipo de dificuldade: a dispersão das fontes. Enquanto para os movimentos rebeldes os documentos já se encontram mais ou menos agrupados em maços relativamente fáceis de manusear e de encontrar nos arquivos, o estudo de um processo de esvaziamento da luta rebelde, de mudança cultural, não conta com o mesmo tipo de facilidade.

As questões apontadas estão, decerto, intimamente vinculadas ao significativo silêncio historiográfico a respeito da trajetória política dos rebeldes baianos após 1838 ou, pelo menos, da trajetória do discurso político que professaram. Saber em que medida foram absorvidos pelo projeto de centralização política que se delineava em todo o País, para o que foi muito importante a derrota da Sabinada, é um dos meus objetivos centrais. Será que passaram a cuidar de atividades ilícitas, a exemplo do já referido traficante de escravos, Hygino Pires Gomes? Certamente não foi o caso, para a grande maioria. Ou mantiveram um nível de atuação diferenciado, na imprensa, no parlamento, ou em alguma instância legalmente permitida pelo Estado, naquela fase histórica?

É necessário dizer que esses homens que empreenderam esforços políticos contrários às forças legalistas e que se lançaram em atitudes de conquista e de manutenção do poder político durante a década de 1830, para além de buscarem a aquisição de vantagens pessoais ou profissionais, pautaram a sua conduta de longo prazo por um programa político que já se vinha formulando de longa data. Esse programa foi, muitas vezes, sintetizado pelos próprios movimentos rebeldes da década de 1830, como sendo um programa federalista.

Possuía intenções de restrição ao poder centralizado que se fez prevalecer quando da própria consolidação da independência, e que retornava à pauta política conservadora, nos anos finais da década de 1830, momento em que os dirigentes do Estado brasileiro vislumbravam o perigo por que passava o seu projeto de nação, sobretudo em virtude das tentativas separatistas que se tornavam cada vez mais presentes no cenário político, a começar pela derrota de D. Pedro na Guerra pela

manutenção da Província Cisplatina, objeto de longa disputa entre o Governo de Buenos Aires e o do Rio de Janeiro, desde, pelo menos, 1811.¹²

O federalismo foi, provavelmente, o formato tardio de luta contra esse projeto unitarista de nação, intentado pela dinastia Bragança no Brasil e pela elite política brasileira, desde o desfecho da independência. Em certos casos, como na Bahia e no Rio Grande do Sul, o federalismo teve como resultado a cisão dessas províncias com o centro. A luta federalista importava em restrição ao poder central, e buscava conquistar maiores prerrogativas decisórias às regiões ou províncias, regiões estas que, enquanto foram partes da colônia, relacionaram-se diretamente com as instâncias do poder metropolitano, vivenciando uma situação de quase nenhuma identidade com as demais.

De alguma maneira, o federalismo que se apresenta na luta política durante a década de 1830, derrotado ao seu final, constituía-se na forma possível de resistência, não somente ao centralismo político, mas também à conformação de uma nação que não considerava as inúmeras condições e situações regionais herdadas do período colonial. A questão que se põe como decisiva é aquela que diz respeito ao sacrifício da regionalidade quando da independência e quando da consolidação do Estado nacional, quase duas décadas depois.

Melhor dizendo: ao golpe desferido contra todas as tentativas de organização política autônoma ocorridas nas diversas regiões da América portuguesa, pois estes constituíam-se nos mais efetivos referenciais organizativos das sociedades existentes nas relativamente dispersas capitanias, contra o estado de coisas decorrente da condição colonial. Os movimentos rebeldes do período pós-independência podem ser considerados como tentativas de recuperação de soberanias locais perdidas ou sufocadas nos processos de independência centralista e conservador e de construção do Estado nacional, entre 1822 e 1824.

Aqui, estou sugerindo uma discussão em torno da questão da identidade política coletiva, a partir da constatação, hoje presente em autores de cujas obras ora me utilizo,¹³ da inexistência ou fraqueza de uma percepção identitária que pudesse encaminhar as diversas regiões coloniais a projetar a ruptura com Portugal, a partir de uma idéia que tivesse como ponto nodal a construção de um único país em substituição à área colonial antes controlada pela metrópole.

As concepções políticas contestatórias que emergiram entre o final do século XVIII e início do XIX não projetaram promover mudanças a partir de um referencial territorial político de Brasil, contraposto que seria ao domínio mantido pela Metrópole sobre todas as regiões que constituíam a América portuguesa. Assim sintetizou István Jancsó a situação acima apresentada:

“...para os homens da época, vivessem em qualquer região que fosse da América ibérica, ao menos até o final do século XVIII e início do XIX, a sua identidade política passava pelo reconhecimento ou pela negação de realidades dentre as quais o nacional era a menos nitidamente definida”.¹⁴

A estruturação de uma nação unificada em contraposição à nação portuguesa encontrava seu mais sério obstáculo na diversidade dos interesses no interior do sistema colonial, sendo válido transcrever um trecho de Jancsó que analisa a situação descrita:

“Tratou-se, bem o sabemos, de processo errático, carregado de contradições, avanços e recuos, pois os homens que viveram a dissolução dos impérios ibéricos na América, o impacto da crise não se deu de modo uniforme, com as diferentes percepções traduzindo-se em projetos políticos divergentes, cada qual expondo, com maior ou menor nitidez, o esboço da comunidade humana cujo futuro projetava. Vem daí que aos projetos de futuro contrapostos correspondiam outras tantas definições de Estado, cidadania, condições de inclusão e exclusão, padrões de lealdade e critérios de adesão, cada qual descrevendo elementos do pacto tido por adequado para transformar comunidades em nação”.¹⁵

O sistema colonial português, centralizado administrativamente em Lisboa, foi um elemento decisivo no sentido de manter as capitanias distanciadas umas das outras. Regiões relativamente estanques, as capitanias tiveram dificuldades imensas no sentido de pensar a união de toda a Colônia contra o domínio português. A independência de 1822 não foi, assim, o resultado do somatório de projeções oriundas das realidades provinciais, que expressassem o anseio de preservação ou

conquista da unidade entre elas, como ocorreu, por exemplo, entre as colônias norte-americanas ante o império inglês. Não engendraram uma única identidade política coletiva que se houvesse constituído em referencial para uma efetiva guerra de libertação nacional. Jancsó e Pimenta descreveram da maneira que segue, a impossibilidade histórica a que me referi acima:

*“A análise atenta da documentação revela que a instauração do Estado brasileiro se dá em meio à coexistência, no interior do que fora anteriormente a América portuguesa, de múltiplas identidades políticas, cada qual expressando trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizam alternativas de futuro”.*¹⁶

Certamente esse foi um dos fatores que possibilitaram o tipo de transição realizado em 1822, reunindo todas as partes daquilo que constituía o Reino do Brasil, em 1815, primeiro momento em que se possibilitou uma percepção mais clara a respeito da unidade de todas as áreas coloniais na América portuguesa. As lutas rebeldes ocorridas em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, antes de 1822, não tiveram a capacidade de expansão e de generalização por todo ou, pelo menos, pela maior parte daquilo que era o território do domínio português na América.

Excetuando-se o movimento de Pernambuco, de 1817, os demais nem mesmo evoluíram para a conquista do poder e a sua experimentação objetiva. As lutas rebeldes anteriores a 1822, localizadas e desarticuladas entre si, não galgaram condição tal que as capacitasse a imprimirem um rumo radical e único de contestação ao controle português, objetivando a emancipação da Colônia e a estruturação de um país novo por essa via.

Na verdade, pela distância temporal e espacial entre elas, nem sequer parecem ter formulado esse objetivo. E isso não se deu apenas por impossibilidade prática, mas, sobretudo, por não se ter constituído uma identidade política coletiva que aproximasse e consolidasse as aspirações diversificadas, as tendências naturalmente dispersivas que se apresentaram concretamente, a exemplo da proposta de fundação de uma “República Bahinense”, cunhada pelos revolucionários baianos em 1798.

Há, em alguma medida, entre os estudiosos, uma preocupação de relacionar os movimentos rebeldes da década de 1830 com aqueles que os antecederam. Essa linha de continuidade transparece no trecho seguinte, extraído do texto de Paulo César Souza:

*“..a Sabinada foi a culminância de uma série de revoltas sufocadas, a irrupção que a elite conseguiu adiar durante 40 anos – os anos mais turbulentos, senão os mais cruciais da história baiana. Ela foi a expressão última do descompasso entre os ideais de renovação política - ludibriados pela independência – e as forças mantenedoras da velha ordem. Última porque a mais cruentamente reprimida, marcando o começo da modorra política do Segundo Reinado”.*¹⁷

Apesar de não incidir sobre as questões que me parecem essenciais para uma plena compreensão dessa trajetória rebelde, o autor assinala que a Sabinada foi a manifestação mais concreta de uma situação que vinha sendo adiada por muito tempo. De acordo com ele, a Sabinada assumira reivindicações das camadas populares da capital baiana, o que fez dela um efetivo movimento de contestação ao poder central, à estrutura de poder político e econômico-social, cuja base era o Recôncavo e, pelo seu perfil marcado ainda pelo antilusitanismo, à presença do grande comércio português, ora associado aos interesses dos senhores de engenho e contando com o apoio e a proteção do Estado brasileiro.

Havia incorporado, assim como todas as revoltas populares que a precederam, insatisfações de militares e da população pobre e de cor, que lutavam pela resolução de suas pendências de natureza salarial e que buscavam quebrar barreiras legais e práticas às possibilidades de ascensão sócio-profissional para amplos setores da sociedade, como bem percebeu Ubiratan Araújo, quando discutiu a política dos homens de cor nessas primeiras décadas do século XIX, principalmente descrevendo e analisando a condição dos estratos inferiores das forças militares, composta, sobretudo, de indivíduos oriundos da população escrava.¹⁸

Essa população, da qual se pode, grosso modo, subtrair aqueles africanos ainda em primeira geração na Colônia, parece ter tido o objetivo da inserção na sociedade envolvente, como percebeu Stuart Schwartz e

o próprio Araújo.¹⁹ População mestiça, de cor da pele e postura política variadas, a partir das suas condições e expectativas específicas, desejou e lutou por inserir-se nessa sociedade, buscando atingir cargos e posições, em uma perspectiva ascendente.

O objetivo de abrir espaços na burocracia, antes controlada pelos portugueses e, nessa ordem, por brancos da terra, fez com que esse vasto e múltiplo contingente tivesse sido conduzido a pensar e a estruturar, em termos inoportunos para a sociedade da época, a própria libertação dos escravos, em parte efetivada de forma pioneira na Bahia, quando da ocorrência da Sabinada.

Em toda a trajetória dos rebeldes baianos um programa foi sendo elaborado. Entre 1832 e 1837, esse programa encontra a sua mais completa definição, destacadamente mediante o folheto encontrado pela repressão no Forte do Mar, após a derrota da rebelião ali ocorrida, no ano de 1833. Um dos principais aspectos dessa pauta de exigências concentrava-se na necessidade de serem estabelecidas novas regras para a relação entre a província e o centro político do país, como evidencia o item que segue transcrito:

*“Fica proclamado nesta grande Província o sistema federal para que nos seus negócios internos se governe independente de qualquer outra Província fazendo aliança com todas as mais, bem como obedecendo ao chefe da Nação, o Snr. D. Pedro 2º em os negócios gerais dela”.*²⁰

Em outro item, de grande relevância, o manifesto busca estabelecer aquilo que deveria ser a relação entre centro e província, para o que entende ser necessário a convocação de uma assembléia constituinte provincial, que deveria “reformular todas as leis que se opuserem ao Governo federativo e interesses peculiares da Província e fazer outras que forem concernentes, não só aos limites das diferentes autoridades, mas também à segurança e prosperidade desta Província”.²¹

Esse programa foi essencialmente derrotado pelas forças de repressão aos movimentos rebeldes da década de 1830. As forças sociais do Recôncavo baiano, apoiadas na riqueza do açúcar, em geral prestaram o seu apoio e forneceram os seus recursos para que a rebeldia fosse, enfim, derrotada e banida, para que a paz pública pudesse continuar

permitindo o cotidiano movimento dos portos e a constante e ininterrupta aquisição das riquezas.

A busca do entendimento de como se construiu essa nova conjuntura é a tarefa de pesquisa que pretendo realizar. É interessante noticiar a presença de um órgão de imprensa chamado O Guaycuru, que circulou entre os anos de 1842 e 1859. Este jornal foi herdeiro dessa tradição rebelde, congregando em seu corpo de redatores, pessoas que tinham participado dos eventos rebeldes mais contundentes das décadas anteriores. Possuía uma atitude de crítica expressa ao governo central, à sua política de corrupção e subvenção à imprensa, formas utilizadas para que pudesse ter ao seu lado uma imprensa leal, na qual não perfilava O Guaycuru.

Assim, para além de buscar entender meras trajetórias individuais, importantes, sem dúvida, para a compreensão da história, procurarei, a partir delas, a compreensão da nova conjuntura que se abriu no Brasil e, especialmente, na Bahia pós-1838, uma conjuntura que poderia ser denominada como de contra-revolução, e que demanda o conhecimento dos mecanismos mais profundos para um pleno entendimento, caminho para superar o silêncio a que foi relegada até agora pela historiografia.

Notas:

*Professor Assistente do Departamento de História da UFBA, doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UFBA.

¹ARAÚJO, Ubiratan Castro de. “1846: um ano na rota Bahia-Lagos. Negócios, negociantes e outros parceiros”. In: *Afro-Ásia*. Salvador: UFBA/Centro de Estudos Afro-Orientais, n.º. 21-22, 1998-1999, p. 88.

²ARAÚJO, U. C. id. *ibid*.

³PINHO, José Wanderley de Araújo. “Bahia: 1808-1856”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*, Tomo II, 2.º. vol. . 5. ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 284.

⁴PINHO, J. W. de A. Id. *Ibid*.

⁵PINHO, J. W. de A. id. *ibid*.

⁶PINHO, J. W. de A. Id., p. 284/5.

⁷SOUZA, Paulo César. *A Sabinada. A revolta separatista da Bahia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁸ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial. Bahia: 1831-1833*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, 1995, mimeo.

⁹SOUZA, Paulo César. Op. cit.

¹⁰TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da sedição tentada: "A Conspiração dos Alfaiates"*. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1975.

¹¹JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império. História do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996.

¹²PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

¹³JANCSÓ, I. & PIMENTA, João Paulo G. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 129-175; JANCSÓ, István. "A construção dos Estados Nacionais na América Latina. Apontamentos para o Estudo do Império como Projeto". In: SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (org). *História Econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 1996, p. 3-26; GUIMARÃES, Manoel Salgado. "Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, nº. 1, 1988; BERBEL, M. R. op. cit

¹⁴JANCSÓ, I. "A construção dos Estados..." Op. cit. p. 3.

¹⁵JANCSÓ, István. Prefácio ao livro *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*, de João Paulo G. Pimenta, editado pela Hucitec/Fapesp, 2002.

¹⁶JANCSÓ, I. & PIMENTA, J. P. G. "Peças de um mosaico...". Op. cit. p. 132.

¹⁷SOUZA, P. C. Op. cit, p. 188.

¹⁸ARAÚJO, U. C. de. Op. cit, p. 12 e 13.

¹⁹SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*, op. cit., p. 381; ARAÚJO, U. Castro de. "A política dos homens de cor no tempo de independência". In: *CLIO - Revista de Pesquisa Histórica*, nº. 19, 2001, pp. 7-27.

²⁰ACCIOLY (de Cerqueira e Silva), Ignácio. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1933, vol. VI, p. 368.

²¹ACCIOLY, I. Id. p. 369.

Referências Bibliográficas:

- ACCIOLY (de Cerqueira e Silva), Ignácio. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1933, vol. VI.
- AMARAL, Braz do. *História da Bahia do Império à República*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial. Bahia, 1831-1833*. São Paulo: USP, 1995 (Tese, mimeo)
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. “A política dos homens de cor no tempo da independência”. In: *CLIO - Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Editora Universitária, 2001, p. 7- 27.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- JANCSÓ, István. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, pp. 129-175.
- JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império. História do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- JANCSÓ, István. “Origens da economia nacional”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1996.
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.
- PINHO, Wanderley de. “Bahia: 1808-1850”. In: Sérgio Buarque de Hollanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*. São Paulo: DIFEL, 1972, vol. II.
- REIS, João José. “Um balanço sobre as revoltas escravas na Bahia”. In: João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 87-142.
- REIS, João José. “A elite baiana face os movimentos sociais, Bahia: 1824-1840”. In: *Revista de História*, vol LIV, nº. 108, Ano XXVII, outubro-dezembro de 1976, pp. 341-384.
- REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SCHWARTZ, Stuart B. “Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás – Bahia, 1814”. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos

(org), *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 373-406.

SCHWARTZ, Stuart B. "Gente da terra brasileira da nação. Pensando o Brasil: a construção de um povo". In: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (155-2000)*. Formação: histórias. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, pp. 103-125.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Paulo César. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da sedição intentada: "A Conspiração dos Alfaiates"*. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1975.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1974.